

O Irã está à beira de outra revolução?

Asef Bayat

Asef Bayat é professor de sociologia e de estudos globais e transnacionais na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. Entre seus livros mais recentes está Revolutionary Life: The Everyday of the Arab Spring [Vida revolucionária: o cotidiano da Primavera Árabe] (2021).

A morte de Mahsa Amini em 16 de setembro de 2022, enquanto estava sob custódia da polícia por usar um hijab “impróprio”, desencadeou o que se tornou a mais grave e prolongada agitação política já enfrentada pelo regime islâmico no Irã. Ondas de protestos, lideradas principalmente por mulheres, eclodiram rapidamente, levando cerca de dois milhões de pessoas às ruas de 160 cidades e vilarejos, angariando extraordinário apoio internacional.¹ A hashtag *#MahsaAmini* bateu o recorde mundial no Twitter com 284 milhões de tuítes, e a Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos aprovou em 24 de novembro a investigação da repressão violenta do regime, que já provocou a perda de quinhentas vidas, prendeu milhares de pessoas e levou outras mil e cem a julgamento. É provável que a repressão do regime e o esgotamento da oposição reduzam os protestos, mas é improvável que encerrem a revolta. A vida política no Irã embarcou em um caminho desconhecido e irreversível.

*Publicado originalmente como “Is Iran on the Verge of Another Revolution?”, *Journal of Democracy*, Volume 34, Number 2, April 2023 © 2023 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

Como podemos entender esse acontecimento político extraordinário? Não se trata de uma “revolução feminista” per se, nem simplesmente da revolta da Geração Z ou de um protesto contra o uso obrigatório do hijab. Trata-se de um movimento pela reivindicação da vida, uma luta para libertar a existência livre e digna de uma colonização interna. Como os principais objetos dessa colonização, as mulheres tornaram-se as grandes protagonistas do movimento de libertação.

Desde sua fundação em 1979 sob a liderança do aiatolá Khomeini (1902-1989), a República Islâmica do Irã tem sido um campo de batalha entre islamitas radicais, que desejavam impor a teocracia na forma de governo islâmico (*velayate faqih*), e aqueles que acreditavam na vontade popular e enfatizavam os princípios republicanos da Constituição. Essa batalha ideológica produziu décadas de disputas políticas e culturais dentro das instituições do Estado, durante as eleições, e nas ruas no cotidiano. Os islamitas radicais de instituições não eleitas do *velayate faqih* têm se empenhado em impor seus “valores divinos” nos domínios político, social e cultural. Apenas a resistência popular e as vitórias eleitorais dos reformistas poderiam frear o ímpeto dos radicais para a subjugação total do Estado, da sociedade e da cultura iraniana.

Por duas décadas após os anos 1990, as eleições deram esperança à maioria dos iranianos de que um caminho reformista

poderia democratizar gradualmente o sistema. A eleição do moderado Mohammad Khatami para presidente, em 1997, após uma notável abertura social e cultural, foi vista como um sinal de esperança. Mas os radicais viam o projeto de reforma como uma ameaça existencial

***“Mulher, Vida, Liberdade”,
portanto, representa uma
mudança de paradigma na
subjetividade iraniana: o
reconhecimento de que a
libertação das mulheres tam-
bém pode trazer a libertação
de todas as outras pessoas
oprimidas, excluídas e sem
esperança.***

ao governo islâmico e reagiram com vigor. Sabotaram o governo de Khatami, reprimiram o movimento estudantil, fecharam os meios de comunicação críticos e detiveram ativistas. Após 2005, passaram a proibir partidos reformistas, a interferir nas eleições e a barrar a participação de rivais nas eleições. O Movimento Verde — que protestou contra a fraude que prejudicou o candidato reformista Mir Hossein Mousavi nas eleições presidenciais de 2009 — foi a resposta popular a tal investida contrarreforma.

A revolta verde e os subsequentes levantes nacionais em 2017 e 2019 contra as mazelas socioeconômicas e o regime autoritário desafiaram profundamente o regime islâmico, mas não conseguiram transformá-lo. Os levantes não causaram uma revolução, mas o medo de uma revolução — um medo que foi agravado pelos levantes revolucionários contra os regimes aliados na Síria, no Líbano e no Iraque, que o Irã ajudou a reprimir.² Diante de tais desafios críticos, seria de se esperar que o regime se reinventasse por meio de uma série de reformas para restaurar sua hegemonia. Mas, em vez disso, os radicais intensificaram seu controle do poder político em uma tentativa de garantir seu domínio irrestrito. Assim, após assumirem a Presidência em 2021 e o Parlamento em 2022 por meio de eleições fraudadas — especificamente, através do veto arbitrário de candidatos rivais eleitoralmente competitivos — os radicais voltaram a subjugar, mais uma vez, um povo rebelde. A ampliação da presença da “polícia da moralidade” nas ruas e nas instituições para impor o “uso adequado do hijab” foi apenas uma das medidas — mas desencadeou um levante nacional no qual as mulheres passaram a ocupar um lugar central.

As mulheres não se mobilizaram repentinamente para liderar uma revolta após a morte de Mahsa Amini. Pelo contrário, esse foi o resultado de anos de lutas constantes contra uma misoginia sistêmica instalada pelo regime pós-revolução. Quando esse regime aboliu a relativamente liberal Lei de Proteção à Família de 1967, da noite para

o dia as mulheres perderam o direito de pedir divórcio, de assumir a guarda dos filhos, de se tornarem juízas e de viajar para o exterior sem a permissão de um guardião masculino. A poligamia retornou, a segregação de gênero foi imposta e todas as mulheres foram forçadas a usar o hijab em público. O controle social e cotas discriminatórias na educação e no trabalho obrigaram muitas mulheres a ficar em casa, a se aposentar mais cedo ou a trabalhar em negócios informais ou familiares.

Parte das mulheres muçulmanas apoiou o Estado islâmico instalado em 1979, mas outras resistiram desde o início. Elas saíram às ruas para protestar contra o uso obrigatório do hijab, organizaram campanhas coletivas e fizeram lobby junto a “clérigos liberais” para garantir uma reinterpretação dos textos religiosos centrada nas mulheres. Mas quando o regime ampliou sua repressão, as mulheres recorreram à “arte da presença” — refiro-me à habilidade de afirmar a vontade coletiva apesar de todas as adversidades, driblando restrições, utilizando o que existe e descobrindo novos espaços para se fazerem ouvidas, vistas, sentidas e realizadas. As mulheres simplesmente se recusaram a sair da vida pública, não por meio de protestos coletivos, mas realizando coisas tão triviais como obter um diploma universitário, trabalhar fora de casa, envolver-se nas artes, na música e no cinema ou praticar esportes. O incômodo de suar sob um vestido longo e véu não desencorajou muitas das mulheres de correr, de andar de bicicleta ou de jogar basquete. E, nos tribunais, elas batalhavam contra sentenças discriminatórias em questões de divórcio, guarda dos filhos, herança, trabalho e acesso a espaços públicos. “Por que temos que pedir permissão à *Edareh-e Amaken* [polícia da moralidade] para conseguir um quarto de hotel, enquanto os homens não precisam dessa autorização?”, escreveu indignada uma mulher à revista feminina *Zanan* em 1988.³ À época, muitas mulheres solteiras estavam saindo da casa de seus pais para viver por conta própria. Em 2010, uma em cada três mulheres entre 20 e 35 anos tinha sua própria casa. Muitas delas adotaram o que ficou conhecido como “casamento branco” (*ezdevaj-e sefid*): foram

morar com seus parceiros sem se casar formalmente. Esses desejos e demandas aparentemente mundanos, no entanto, eram considerados redefinidores do status das mulheres sob a República Islâmica. Cada passo à frente estabelecia as bases para um avanço adicional contra o patriarcado, o que poderia resultar em um efeito bola de neve.

Enquanto muitas mulheres, incluindo minha mãe, usavam o hijab voluntariamente, para outras, ele representava um moralismo coercitivo que precisava ser subvertido. Essas mulheres começaram a jogar seus véus para trás, permitindo que parte de seus cabelos aparecesse em público. Com o passar dos anos, os véus foram se encolhendo aos poucos, até finalmente ficarem sobre os ombros. As autoridades sentiam-se muitas vezes paralisadas diante dessa disseminação constante de *bad-hijabi* (uso inapropriado do hijab) entre milhões de mulheres, que tinham que suportar humilhações e castigos diários. Com a pena inicial de prisão variando de dez dias a dois meses, mostrar alguns centímetros de cabelo provocou décadas de batalhas diárias nas ruas entre mulheres rebeldes e diversos aplicadores da moralidade, como *Sarallah* (ira de Alá), *Amre beh Ma'ruf va Nahye az Monker* (ordenar o bem e proibir o mal) e *Edareh-e Amaken* (supervisão de lugares públicos). Segundo um relatório da polícia, durante a repressão ao uso inadequado dos hijabs em 2013, cerca de 3,6 milhões de mulheres foram abordadas e humilhadas nas ruas e formalmente intimadas. Dessas, 180 mil foram detidas. Mas, apesar desse tratamento, as mulheres não cederam e acabaram exigindo o fim do uso obrigatório do hijab. Assim, ao longo dos anos e por meio de lutas diárias, as mulheres estabeleceram novas normas na vida privada e pública e as ensinaram às suas filhas, que assumiram o legado de suas antecessoras para continuar a luta. Os radicais agora querem deter essa marcha do progresso.

Esta é a história do “não movimento” das mulheres — as ações coletivas e conectivas de atores não coletivos que buscam não uma po-

lítica de protesto, mas de reparação, por meio de ações diretas. Seu objetivo não é afrontar deliberadamente as autoridades, mas estabelecer normas e práticas alternativas de vida — práticas que são necessárias para uma vida satisfatória e digna, mas que são negadas às mulheres. É um processo lento, mas constante, de demanda incremental que, ao final, desafia a autoridade político-patriarcal.⁴ E agora, esse mesmo “não movimento”, impulsionado pelo assassinato de uma de suas integrantes, Mahsa Amini, deu origem a uma ebulição política extraordinária em que a mulher e sua dignidade — na verdade, a dignidade humana — tornaram-se tema de mobilização.

Reivindicando a vida

Hoje, a revolta não se limita mais ao uso obrigatório do hijab e aos direitos das mulheres. Ela se ampliou e passou a incluir outras preocupações e grupos de interesse — jovens, estudantes e professores, famílias e trabalhadores, moradores de algumas comunidades rurais e pobres, e as minorias religiosas e étnicas (curdos, árabes, azeris e balúchis) que, assim como as mulheres, sentem-se cidadãos de segunda classe e parecem se identificar com “Mulher, Vida, Liberdade”. Para esses diversos grupos, Mahsa Amini e sua morte simbolizam o sofrimento que sentiram em suas próprias vidas — sua juventude roubada, alegria suprimida e constante insegurança; sua pobreza, endividamento e falta d’água; a perda de suas terras e meios de subsistência.

Os milhares de tuítes descrevendo por que as pessoas estão protestando apontam, repetidamente, para o anseio por uma vida normal, que lhes foi negada por um regime de patriarcas clericais e militares. Para esses dissidentes, o regime parece uma entidade colonial — com seu pensamento, sentimento e governo exóticos — que tem pouco a ver com as vidas e visões de mundo da maioria. Sentem que essa entidade exótica usurpou o país e seus recursos e continua a subjugar seu

povo e seu modo de vida. “Mulher, Vida, Liberdade” é um movimento de libertação dessa colonização interna. É um movimento de reivindicação da vida. Sua linguagem é secular, totalmente desprovida de religião. Sua peculiaridade reside em sua faceta feminista.

Mas o feminismo do movimento não é antagonista aos homens. Pelo contrário, abraça os homens subalternos, humilhados e sofredores. Também não se limita ao controle do próprio corpo e ao uso obrigatório do hijab — muitas mulheres que tradicionalmente usam o véu também se identificam com “Mulher, Vida, Liberdade”. O feminismo do movimento é, na verdade, antissistema; desafia o controle sistemático da vida cotidiana e das mulheres em sua essência. É precisamente esse feminismo antissistema que promete libertar não apenas as mulheres, mas também os homens oprimidos — os marginalizados, as minorias e aqueles que são humilhados e emasculados por sua incapacidade de sustentar suas famílias devido a revezes econômicos. “Mulher, Vida, Liberdade”, portanto, representa uma mudança de paradigma na subjetividade iraniana: o reconhecimento de que a libertação das mulheres também pode trazer a libertação de todas as outras pessoas oprimidas, excluídas e sem esperança. Isso faz de “Mulher, Vida, Liberdade” um movimento extraordinário.

Movimento ou momento

Extraordinário, sim. Mas estamos diante de um movimento ou apenas de um momento passageiro? O Irã pós-revolução testemunhou inúmeras ondas de protestos em todo o país. No entanto, o episódio atual parece fundamentalmente diferente. A revolta verde de 2009 foi uma poderosa mobilização pró-democracia por um governo responsável. Foi, em grande parte, um movimento da classe média urbana e de outros cidadãos descontentes. Quase uma década depois, nos protestos de 2017, dezenas de milhares de trabalhadores, estudantes, agricul-

tores, credores, pessoas da classe média-baixa e mulheres iranianas foram às ruas em mais de 85 cidades por dez dias antes que a repressão do governo interrompesse a rebelião.⁵ Alguns observadores da época consideraram os eventos como um prelúdio da revolução. Eles estavam errados. Embora coincidentes e interligados, os protestos estavam principalmente preocupados com reivindicações setoriais — para os trabalhadores, salários atrasados; para os agricultores, a seca; para os credores, as poupanças perdidas; e para os jovens, empregos. Assim, não se tratava de uma ação *coletiva* de um movimento unido, mas de ações *conectivas* de preocupações paralelas — uma simultaneidade de diferentes ações de protesto que apenas as novas tecnologias da informação poderiam possibilitar. Uma revolta maior, ocorrida em dezembro de 2019 e desencadeada por um aumento de 200% no preço da gasolina, revelou um grau de ação coletiva, à medida que diferentes grupos que protestavam — em particular, os pobres de áreas urbanas e a classe média-baixa, bem como as pessoas com melhor formação desempregadas ou em subempregos — demonstraram um bom grau de união. Suas principais queixas não estavam relacionadas apenas ao custo de vida, mas também à ausência de perspectivas para o futuro. Os manifestantes vieram principalmente de áreas marginalizadas das cidades e das províncias e seguiram táticas radicais, como incendiar bancos e repartições públicas e entoar slogans contra o regime.

A atual revolta avançou substancialmente em termos de mensagem, tamanho e composição. Ela assumiu um caráter e uma dinâmica qualitativamente diferentes. Reuniu a classe média urbana, a classe média-baixa, os moradores de favelas e diferentes etnias, incluindo curdos, fars, lors, turcos azeris e balúchis — todos sob a bandeira “Mulher, Vida, Liberdade”. Criou-se uma reivindicação coletiva — uma que uniu diversos grupos sociais não apenas para senti-la e compartilhá-la, mas também agir de acordo com ela. Com o surgimento do “povo”, um supercoletivo no qual as diferenças de classe, gênero, etnia e re-

ligião desaparecem temporariamente em favor de um bem maior, a revolta assumiu um caráter revolucionário. A abolição da polícia da moralidade e do uso obrigatório do hijab já não será mais suficiente. Pela primeira vez, um movimento nacional de protesto pedia uma mudança de regime e uma transformação socioeconômica estrutural.

Tudo isso significa que o Irã está à beira de outra revolução? Neste momento, o Irã está longe de uma “situação revolucionária”, ou seja, uma condição de “duplo poder”, na qual uma força revolucionária organizada e apoiada por milhões viria a enfrentar um governo em ruínas e forças de segurança divididas. O que estamos testemunhando hoje, no entanto, é o surgimento de um movimento revolucionário — com seus próprios repertórios de protesto, linguagem e identidade — que pode colocar a sociedade iraniana em uma “trajetória revolucionária”.

Nos primeiros três meses após a morte de Mahsa Amini, dois milhões de iranianos de todos os segmentos da sociedade realizaram cerca de 1.200 ações de protesto que se espalharam por mais de 160 cidades e pequenos vilarejos. Sermões de oração de sexta-feira na província pobre de Sistão-Baluchistão, assim como funerais e sepultamentos de vítimas da repressão do regime no Curdistão, levaram as multidões mais diversas às ruas. Estudantes universitários e secundaristas promoveram ocupações, desafiaram o uso obrigatório do hijab e a segregação de gênero e realizaram outros atos corajosos de resistência, enquanto advogados, professores, médicos, artistas e atletas expressavam apoio público e às vezes se juntavam aos dissidentes.⁶ Em cidades e vilarejos, grafites com mensagens políticas decoravam as paredes dos edifícios antes de serem repintados por agentes municipais. Os cânticos noturnos das varandas e telhados nos bairros residenciais continuavam a reverberar no céu escuro das cidades.

As forças de segurança foram frustradas por um modo de protesto que combinava confrontos de rua e táticas de guerrilha — a súbita

e simultânea eclosão de várias manifestações noturnas em diferentes bairros urbanos, capazes de desaparecer, reagrupar-se e reaparecer. A audácia desses rebeldes das ruas, muitos deles jovens mulheres, impressionou as autoridades. Um vídeo revelador de um agente de segurança mostrou sua surpresa com jovens manifestantes de rua que “não têm mais medo de nós” e com vizinhos que “nos atacam com uma saraivada de pedras, cadeiras, bancos, vasos de flores”, ou qualquer coisa pesada de suas janelas ou varandas.⁷

A presença desproporcional dos jovens — mulheres e homens, estudantes universitários e secundaristas — nas ruas durante os protestos levou alguns a interpretá-la como a revolta da Geração Z contra um regime que está lamentavelmente defasado. Mas essa visão ignora a dissidência das gerações mais velhas, os pais e famílias que criaram, quando não politizaram, esses jovens e que compartilham em grande medida seus sentimentos. Uma pesquisa do governo de novembro de 2022, cujos resultados foram vazados, mostrou que 84% dos iranianos expressavam uma visão positiva do levante.⁸ Se o regime permitisse protestos públicos pacíficos, provavelmente veríamos mais pessoas idosas nas ruas. Mas não permitiu. A extraordinária presença da juventude nos protestos de rua deve-se em grande parte às “prerrogativas da juventude” — isto é, energia, agilidade, educação, sonhos de um futuro melhor e relativa ausência de responsabilidades familiares — que tornam os jovens mais inclinados à política de rua e ao ativismo radical. Mas esses jovens extraordinários não podem causar uma ruptura política sozinhos. A ruptura só ocorre quando as pessoas comuns — pais, filhos, trabalhadores, comerciantes, profissionais liberais e outros — se juntam para trazer os protestos espetaculares para o mainstream da sociedade.

Embora alguns trabalhadores tenham aderido aos protestos por meio de manifestações e greves trabalhistas, um grande confronto trabalhista ainda não se materializou. Isso pode não ser fácil, porque a reestruturação neoliberal dos anos 2000 fragmentou a classe trabalha-

dora, minou a segurança do emprego entre trabalhadores (incluindo no setor petrolífero) e diminuiu grande parte de seu poder coletivo. Por sua vez, os professores emergiram como uma força dissidente potencialmente poderosa, com um bom grau de organização e experiência em protestos. Em 14 de fevereiro de 2023, vinte associações civis e profissionais, lideradas pelo sindicato dos professores, publicaram uma “carta de reivindicações mínimas” que incluía a libertação de todos os presos políticos, a liberdade de expressão e de reunião, a abolição da pena de morte e “igualdade total de gênero”⁹. Comerciantes e mercadores dos bazares (mercados tradicionais do Irã) também se juntaram à oposição. De fato, eles surpreenderam as autoridades quando pelo menos 70% deles, segundo um relatório oficial vazado, entraram em greve em Teerã e 21 províncias em 15 de novembro de 2022 para celebrar a revolta de 2019.¹⁰ Não surpreende que as forças de segurança estejam ameaçando cada vez mais o fechamento de estabelecimentos.

A resposta do regime

O regime está profundamente ciente e apreensivo sobre o poder da corrente social dominante. Fez todos os esforços para impedir congregações em massa na escala da que aconteceu na Praça Tahrir, no Cairo, durante a Primavera Árabe, quando os manifestantes podiam ver, sentir e mostrar aos governantes a enormidade de seu poder social. Os manifestantes da Primavera Árabe utilizaram plenamente os recursos culturais existentes, como rituais religiosos e cortejos fúnebres, para sustentar a presença em massa nos protestos. Os momentos mais críticos eram as orações de sexta-feira, com seus horários e locais fixos, de onde se originaram os maiores comícios e demonstrações. No entanto, a oração de sexta-feira não faz parte da cultura atual dos muçulmanos xiitas do Irã (ao contrário dos sunitas balúchis). A maioria dos muçulmanos iranianos raramente ora ao meio-dia, seja às sextas-feiras ou

em qualquer outro dia. No Irã, os sermões de oração de sexta-feira são o ritual inventado do regime islâmico e, portanto, o teatro do poder do regime. Conseqüentemente, os manifestantes teriam que recorrer a outros espaços culturais e religiosos, como funerais e cerimônias de luto ou os rituais xiitas do Muharram e do Ramadan.

Mas o regime clerical não hesitaria em proibir até mesmo as tradições culturais e religiosas mais reverenciadas se as considerasse uma ameaça ao “sistema”. Durante a revolta verde de 2009, os radicais no poder proibiram funerais e impediram as famílias de realizar cerimônias de luto para seus entes queridos. Em algumas ocasiões, as autoridades proibiram até mesmo rituais xiitas. Isso não surpreende. O aiatolá Khomeini, o pai fundador da República Islâmica, já havia decretado que o *faqih* supremo tinha “autoridade absoluta” para ignorar qualquer preceito ou lei, incluindo a Constituição ou obrigações religiosas, como orações diárias, por razões de “interesse de Estado”.¹¹ Os governantes clericais do Irã não hesitariam em proibir esses rituais culturais e religiosos, precisamente em função de seu direito exclusivo sobre eles. Sob essa autoridade perversa, o regime deslegitimaria e descartaria valores e práticas dos quais deriva sua própria legitimidade, pois se considera o único corpo legítimo capaz de determinar o que é sagrado e o que é pecado, o que é autêntico, o que é falso, o que é certo e o que é errado.

Para os agentes do regime, manifestações em massa de larga escala soariam o chamado da revolução. Eles não querem ouvi-lo, mas não podem deixar de senti-lo. Pois já pairam no ar murmúrios e sussurros de revolução. Podem ser ouvidos e sentidos nas casas, em reuniões privadas e nas ruas; no rico conteúdo de arte, literatura, poesia e música nascidos do levante; e na imprensa e em debates intelectuais sobre o significado do momento atual, organização e estratégia, a questão da violência e o caminho a seguir.¹² O regime respondeu com negação, ridicularização, raiva, apaziguamento e violência generalizada.

O diário *Keyhan*, próximo ao gabinete do líder supremo, o aiatolá Ali Khamenei, acusou os manifestantes de quererem impor a “retirada forçada dos véus” e advertiu que a “revolução islâmica não irá desaparecer. [...] Portanto, fique furioso e morra de raiva”.¹³ Os comandantes das principais forças de segurança — o Exército, a Guarda Revolucionária Islâmica, a milícia Basij e a polícia — emitiram uma declaração conjunta em 5 de outubro de 2022 declarando sua lealdade a Khamenei. E o Parlamento linha-dura aprovou um projeto de lei de emergência em 9 de outubro de 2022 “ajustando” os salários dos funcionários públicos, incluindo 700.000 aposentados que, no final de 2017, compareceram em massa durante uma onda de protestos. Professores recém-contratados teriam maior segurança no emprego, trabalhadores da cana-de-açúcar receberiam seus salários não pagos, e famílias pobres teriam um aumento de 50% no subsídio da cesta básica. Enquanto isso, o presidente do parlamento, Mohammad Bagher Qalibaf, confirmou que estava preparado para implementar “qualquer reforma e mudança de interesse público”, incluindo “mudanças no sistema de governança”, caso os manifestantes abandonassem a demanda por “mudança de regime”.¹⁴

A tentativa de apaziguar a população com “reajustes salariais” e medidas fiscais convive com uma repressão brutal aos manifestantes. Isso inclui espancamentos, assassinatos, detenções em massa, tortura, execuções, vigilância por drones e marcação de empresas e casas de dissidentes. A repressão do regime teria deixado 525 mortos, incluindo 71 menores de idade, 1.100 em julgamento e cerca de 30.000 detidos. As forças de segurança e a milícia Basij perderam 68 membros nos distúrbios.¹⁵ O regime culpa os “vândalos” pela desordem, a internet por enganar a juventude e os governos ocidentais por conspirarem para derrubar o governo.

Uma trajetória revolucionária

A repressão do regime e a pausa dos manifestantes provavelmente irão diminuir os protestos. Mas isso não significa o fim do movimento. Significa o fim de um ciclo de protesto antes de um novo gatilho dar início a outro. Vimos esses ciclos pelo menos desde 2017. O que é diferente, dessa vez, é que a sociedade iraniana foi colocada em uma “trajetória revolucionária”, isto é, grande parte da sociedade continua a pensar, imaginar, falar e agir em termos de um futuro diferente. Aqui, o julgamento das pessoas sobre questões públicas é frequentemente moldado por um eco persistente de “revolução” e uma crescente expectativa de que “eles [o regime] irão embora”. Dessa forma, qualquer problema ou crise — por exemplo, uma crise hídrica — é considerada uma falha do regime, e qualquer demonstração de descontentamento — digamos, por salários atrasados —, um ato revolucionário. Com tal mentalidade, o status quo é temporário e a mudança é apenas uma questão de tempo. Conseqüentemente, períodos intermitentes de calma e contenda podem, possivelmente, continuar a evoluir para uma situação revolucionária. Já assistimos a essa trajetória revolucionária antes — na Polônia, por exemplo, após a declaração da lei marcial e o movimento Solidariedade ser proibido em 1982, até o regime militar concordar em negociar uma transição para uma nova ordem em 1988. Mais recentemente, o Sudão trilhou um caminho semelhante, após o ditador Omar al-Bashir declarar estado de emergência e dissolver os governos nacional e regional em fevereiro de 2019, até o exército assinar um acordo sobre a transição para o governo democrático civil com as Forças de Liberdade e Mudança, da oposição, sete meses depois.

Apenas uma reforma política radical e uma melhoria significativa na vida das pessoas podem interromper o caminho em direção à revolução. Por exemplo, realizar um referendo sobre a forma de governo, mudar a Constituição para ser mais inclusiva ou implementar programas sociais de grande importância pode dissuadir as pessoas de buscar

uma mudança de regime. Caso contrário, deve-se esperar um estado permanente de crise e ingovernabilidade ou um possível movimento em direção a uma situação revolucionária. Mas uma situação revolucionária é improvável até que o movimento “Mulher, Vida, Liberdade” cresça e se torne uma alternativa crível, um substituto prático, para o regime atual. Uma alternativa crível significa nada menos que uma organização de liderança e uma visão estratégica capaz de conquistar a confiança popular. Significa uma força coletiva, uma entidade tangível, que seja capaz de formar uma coalizão de diversos grupos e públicos dissidentes e de articular o tipo de futuro que se deseja.

Existem, é claro, líderes locais e coletivos ad hoc que comunicam ideias e coordenam ações nos bairros, locais de trabalho e universidades. Graças ao seu caráter horizontal, em rede e fluido, suas operações são menos propensas à repressão policial do que uma organização de movimento convencional seria. Esse tipo de ativismo em rede descentralizado também é mais versátil, permite múltiplas vozes e ideias e pode usar a mídia digital para mobilizar grandes multidões em menos tempo. Mas os movimentos em rede também podem sofrer de um menor nível de comprometimento, um processo pouco disciplinado de tomada de decisão e estrutura e sustentabilidade tênues. Por exemplo, quem lidará com um delito ou ato de violência cometido em nome do movimento? Como resultado, os movimentos tendem a implantar uma estrutura híbrida, ligando o ativismo descentralizado e fluido a um órgão central. O movimento “Mulher, Vida, Liberdade” ainda tem que levar isso em consideração.

A sociedade civil e os ativistas presos, que atualmente gozam de amplo reconhecimento e respeito por sua extraordinária dedicação e inteligência política, podem eventualmente formar um tipo de liderança moral-intelectual. Mas isso também precisa fazer parte de uma organização de liderança nacional mais ampla. Pois uma organização de liderança — na linha do Solidariedade na Polônia, do Congresso Na-

cional Africano (ANC) da África do Sul ou das Forças de Liberdade e Mudança do Sudão — não visa apenas articular uma visão estratégica e coordenar ações. Também sinaliza responsabilidade, representação, confiança popular e unidade tática.

Talvez essa seja a tarefa mais desafiadora pela frente para o movimento “Mulher, Vida, Liberdade”, mas permanece extremamente indispensável. Primeiro, porque uma mudança política é improvável sem uma oposição organizada de base ampla. Segundo, porque uma transição negociada para uma nova ordem política é impossível na ausência de uma organização de liderança. Com quem o incumbente deverá negociar, se não houver representação da oposição? E terceiro, se ocorrer um colapso político e não houver uma alternativa organizada e crível ao regime atual, outras forças organizadas, enraizadas e oportunistas — por exemplo, militares, partidos políticos, grupos sectários ou organizações religiosas — se mobilizarão para moldar o curso e o resultado de uma transição. Tais forças podem afirmar representar a oposição e fazer acordos indesejados ou simplesmente preencher o vácuo de poder quando a autoridade colapsa. Hannah Arendt estava correta ao observar que o colapso da autoridade e do poder se torna uma revolução “apenas quando há pessoas dispostas e capazes de assumir o poder, de se mexer e preencher, por assim dizer, o vácuo de poder”.¹⁶ Em outras palavras, se o movimento revolucionário não estiver disposto ou não for capaz de assumir o poder, outros o farão. Isso, de fato, é a história da maioria das revoltas da Primavera Árabe — Egito, Iraque, Líbano e Iêmen, por exemplo. Nessas experiências, os protagonistas, aqueles que iniciaram e levaram as revoltas adiante,

A sociedade, outrora letárgica e afligida por um senso de impasse, ganhou novo estímulo. Após anos de angústia e desespero, surgiu uma espécie de esperança incerta, uma vaga crença de que as coisas podem realmente mudar para melhor.

permaneceram em grande parte à margem do processo de tomada de decisões críticas, enquanto os aproveitadores, contrarrevolucionários e guardiães do status quo se deslocaram para o centro.¹⁷

Ninguém sabe ao certo aonde a revolta no Irã levará. Até agora, o círculo governante permanece unido, embora sinais de dúvida e discórdia tenham surgido nos escalões mais baixos.¹⁸ Os líderes tradicionais e os grandes aiatolás têm se mantido em sua maioria em silêncio. Mas os grupos reformistas têm cada vez mais expressado seu descontentamento, instando os governantes a empreender reformas sérias para restaurar a calma. Nenhum deles diz que quer uma mudança de regime, mas parecem se ver mediando uma transição, caso esse momento chegue. O ex-presidente Mohammad Khatami admitiu que o caminho reformista que defendeu chegou a um impasse, mas vê o remédio para a crise atual na alteração e aplicação da Constituição. Mas um número crescente de figuras reformistas, lideradas pelo ex-primeiro-ministro Mir Hossein Mousavi, vem pedindo um referendo e uma nova Carta. Os governantes linha-dura, no entanto, continuam resistindo e não mostram disposição para rever suas políticas, muito menos empreender reformas sérias. Contando com o apoio de suas “figuras do cenário político”, eles pretendem se manter no poder por meio do controle e da coerção.¹⁹

Independentemente do desfecho, muita coisa já mudou. É improvável que as coisas voltem ao que eram antes da revolta. Uma mudança de paradigma ocorreu na subjetividade iraniana, expressa mais claramente no reconhecimento das mulheres como atores transformadores e na “questão da mulher” como foco estratégico da luta. A maioria dos iranianos agora deseja um tipo diferente de governo. Uma mudança discursiva em relação à religião foi combinada com um forte anticlericalismo e ressentimento da religião do Estado. Novas normas foram estabelecidas na prática e provavelmente permanecerão. A política da moralidade, o uso obrigatório do hijab e a segregação sexual em

público podem ser coisas do passado. A sociedade, outrora letárgica e afligida por um senso de impasse, ganhou novo estímulo. Após anos de angústia e desespero, surgiu uma espécie de esperança incerta, uma vaga crença de que as coisas podem realmente mudar para melhor. Aqueles que esperam resultados rápidos provavelmente ficarão desapontados. Mas o Irã parece estar em um novo curso. A determinação do povo iraniano de viver com dignidade lançou uma chave na engrenagem da máquina de subjugação. Uma nova oportunidade, ainda desconhecida, pode estar no horizonte.

Notas

1. Azam Khatam, “Street Politics and Hijab in the ‘Women, Life, Freedom’ Movement”, *Naqd-e Eqtesad-e Siyasi*, 12 novembro 2022, em persa.
2. Danny Postel, “Iran’s Role in the Shifting Political Landscape of the Middle East”, *New Politics*, 7 julho 2021, <https://newpol.org/the-other-regional-counter-revolution-irans-role-in-the-shifting-political-landscape-of-the-middle-east/>.
3. Carta de uma mulher à *Zanan*, n. 35 (junho 1988), p. 26.
4. Para uma discussão detalhada sobre os “não movimentos”, ver Asef Bayat, *Life as Politics: How Ordinary People Change the Middle East* (Stanford: Stanford University Press, 2013). Para um detalhamento de como os “não movimentos” podem se fundir em movimentos e revoluções maiores, ver Asef Bayat, *Revolutionary Life: The Everyday of the Arab Spring* (Cambridge: Harvard University Press, 2021).
5. Asef Bayat, “The Fire That Fueled the Iran Protests”, *Atlantic*, 27 janeiro 2018, www.theatlantic.com/international/archive/2018/01/iran-protest-mashaad-green-classlabor-economy/551690.
6. Miriam Berger, “Students in Iran Are Risking Everything to Rise Up Against the Government”, *Washington Post*, 5 janeiro 2023; Deepa Parent e Anna Kelly, “Iranian Schoolgirl ‘Beaten to Death’ for Refused to Sing Pro-Regime Anthem”, *Guardian*, 18 outubro 2022; Celine Alkhaldi e Adam Pourahmadi, “Iranian Teachers Call for Nationwide Strike in Protest over Deaths and Detention of Students”, CNN, 21 outubro 2022.
7. Circulou nas redes sociais um vídeo da fala de um agente de segurança, Syed Pouyan Hosseinpour, na cerimônia fúnebre de 31 outubro 2022 de um membro do Basij morto durante os protestos.
8. De acordo com um boletim confidencial vazado da Agência de Notícias Fars e uma pesquisa do governo, publicados no website da *Rádio Farda*, 30 novembro 2022, www.radiofarda.com/a/black-reward-files/32155427.html.
9. Rádio Farda, 15 fevereiro 2023; www.radiofarda.com/a/the-minimum-demands-ofindependent-organizations-in-iran-were-announced/32272456.html

10. Relatado em um áudio vazado de um oficial de segurança, Qasem Ghoreishi, falando a um grupo de jornalistas da Agência de Notícias Pars, próxima à Guarda Revolucionária. Relatado também no site *Khabar Nameh Gooya* em 29 dezembro 2022.

11. Asghar Schirazi, *The Constitution of Iran: Politics and the State in the Islamic Republic* (Londres: I.B. Tauris, 1998).

12. Para uma discussão sobre poesia, ver www.radiozamaneh.com/742605/.

13. *Keyhan*, editorial, 6 outubro 2022.

14. *Khabarbaan*, 23 outubro 2022, <https://36300290.khabarban.com/>.

15. Organização Iraniana de Direitos Humanos, Hrana, www.hra-news.org/wp-content/uploads/2022/12/Mahsa-Amini-82-Days-Protest-HRA.pdf; https://twitter.com/hra_news/status/1617296099148025857/photo/1. O número de 30.000 detidos é baseado em um documento oficial vazado relatado em *Rouydad 24*, 28 janeiro www.rouydad24.ir/fa/news/330219/%D9%87%D8%B2%DB%8C%D9%86%D9%87-%D9%87%D8%B1%D8%B2%D9%86%D8%AF%D8%A7%D9%86%DB%8C-%D8%AF%D8%B1-%D8%A7%DB%8C%D8%B1%D8%A7%D9%86-%DA%86%D9%82%D8%AF%D8%B1-%D8%A7%D8%B3%D8%AA.

16. Hannah Arendt, “The Lecture: Thoughts on Poverty, Misery and the Great Revolutions of History”, *New England Review*, junho 2017, p. 12, disponível em <https://lithub.com/never-before-published-hannah-arendt-on-what-freedom-and-revolution-really-mean/>.

17. Esta situação resultou, em parte, do caráter “refo-lucionário” da Primavera Árabe. “Refo-lução” refere-se aos movimentos revolucionários que surgem para obrigar os regimes incumbentes a se reformar em nome da revolução, sem tomar o poder ou intervir efetivamente na formação do resultado. Ver Asef Bayat, *Revolution without Revolutionaries: Making Sense of the Arab Spring* (Stanford: Stanford University Press, 2017).

18. Ver, por exemplo, uma declaração de Alireza Panahian, clérigo próximo ao gabinete do líder supremo, noticiada pela *Rádio Farda*, em 22 novembro 2022. Ver, também, um boletim vazado da Agência de Notícias Fars, *Rádio Farda*, 30 novembro 2022, www.radiofarda.com/a/blackreward-files/32155427.html.

19. Esse “povo” representa o núcleo combatente do que chamei de “classe do regime” — que constitui a base social e política dos islamitas radicais e consiste em uma comunidade ideológica de pessoas comuns e pessoas ricas economicamente interligadas pelo compartilhamento de doações estatais (ajudas, subsídios especiais, pagamentos preferenciais, favores, subornos, comissões) e criadas em um paradigma ideológico linha-dura. Assim, muitos veteranos de guerra, *Basijis* e membros do vasto setor religioso (muitas mesquitas, santuários, seminários, escolas ou associações culturais) compartilham os lucros do regime (do dinheiro do petróleo) com aliados ricos, empreiteiros e pessoas das instituições revolucionárias e, portanto, são encorajados a apoiar um governo linha-dura.